

COORDENAÇÃO
DANIEL LEVY
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

CURSO DE ARBITRAGEM

2ª edição
revista, atualizada e ampliada

ANA GERDAU DE BORJA MERCEREAU
ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD
ANDRÉ RODRIGUES JUNQUEIRA
CARLOS ELIAS
DANIEL LEVY
FABIANE VERÇOSA
FELIPE MORAES
FELIPE VOLLBRECHT SPERANDIO
FLÁVIO LUIZ YARSHELL

GUILHERME RIZZO AMARAL
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
HENRIQUE CUNHA BARBOSA
JOÃO PAULO HECKER DA SILVA
MATEUS AIMORÉ CARRETEIRO
NATÁLIA MIZRAHI LAMAS
RAFAEL FRANCISCO ALVES
RENATO STEPHAN GRION
WANDERLEY FERNANDES

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

CURSO DE ARBITRAGEM



REVISTA DO
TRIBUNAL

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Ana Amália Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial
Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Curso de arbitragem / coordenadores Daniel Levy e Guilherme Setoguti J. Pereira. -- 2. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-829-8

1. Arbitragem (Direito) - Brasil I. Levy, Daniel. II. Pereira, Guilherme Setoguti J.
21-55950

CDU-347.918(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Arbitragem : Processo civil 347.918(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

COORDENAÇÃO

DANIEL LEVY

GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

CURSO DE ARBITRAGEM

2ª edição

revista, atualizada e ampliada

ANA GERDAU DE BORJA MERCEREAU

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD

ANDRÉ RODRIGUES JUNQUEIRA

CARLOS ELIAS

DANIEL LEVY

FABIANE VERÇOSA

FELIPE MORAES

FELIPE VOLLBRECHT SPERANDIO

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

GUILHERME RIZZO AMARAL

GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

HENRIQUE CUNHA BARBOSA

JOÃO PAULO HECKER DA SILVA

MATEUS AIMORÉ CARRETEIRO

NATÁLIA MIZRAHI LAMAS

RAFAEL FRANCISCO ALVES

RENATO STEPHAN GRION

WANDERLEY FERNANDES

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

CURSO DE ARBITRAGEM

Coordenadores

Daniel Levy e Guilherme Setoguti J. Pereira

Autores

Ana Gerdau de Borja Mercereau, André de Albuquerque Cavalcanti Abbud, André Rodrigues Junqueira, Carlos Elias, Daniel Levy, Fabiane Verçosa, Felipe Moraes, Felipe Vollbrecht Sperandio, Flávio Luiz Yarshell, Guilherme Rizzo Amaral, Guilherme Setoguti J. Pereira, Henrique Cunha Barbosa, João Paulo Hecker da Silva, Mateus Aimoré Carreteiro, Natália Mizrahi Lamas, Rafael Francisco Alves, Renato Stephan Grion e Wanderley Fernandes

2ª edição revista, atualizada e ampliada
1ª edição: 2018.

© desta edição [2021]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS
(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com
e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com
Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm
www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [03-2021]

Profissional

Fechamento desta edição [03.02.2021]



ISBN 978-65-5614-829-8

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 5

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO 7

1. INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À ARBITRAGEM

NATÁLIA MIZRAHI LAMAS

1. Uma introdução à arbitragem..... 23

1.1. Conceito 23

1.2. As características da arbitragem..... 26

1.3. Natureza jurídica..... 29

1.4. A Convenção de Nova Iorque, a Lei-Modelo da UNCITRAL e a forma como os países regram a arbitragem..... 31

1.5. As instituições de arbitragem 34

2. Princípios da arbitragem 37

2.1. Princípio do livre convencimento motivado 38

2.2. Princípio da igualdade das partes..... 39

2.3. Princípio do contraditório..... 41

2.4. Princípio da imparcialidade do árbitro..... 43

2.5. Princípio da separabilidade da convenção de arbitragem 44

2.6. Princípio Kompetenz-Kompetenz 46

2.7. Princípio da não denegação de justiça 50

2.8. Princípio da não revisão de mérito da sentença arbitral 55

3. Bibliografia 55

2. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

FELIPE VOLLBRECHT SPERANDIO

1.	Considerações iniciais	59
2.	As características da convenção de arbitragem	60
2.1.	Convenção de arbitragem doméstica e convenção de arbitragem internacional.....	67
3.	Os efeitos da convenção de arbitragem	74
3.1.	Autonomia da cláusula arbitral	74
3.2.	O princípio da competência-competência.....	76
3.2.1.	Competência do tribunal arbitral para decidir sobre sua própria jurisdição	77
3.2.2.	Competência do tribunal arbitral para decidir sobre a validade do contrato que contém cláusula arbitral	97
4.	Cláusula arbitral.....	101
4.1.	Resolução de disputas futuras	101
4.2.	Disputas originadas de relação jurídica definida.....	101
4.3.	Matéria passível de submissão à arbitragem.....	103
4.4.	Acordo na forma escrita	105
4.4.1.	Acordo na forma escrita sob a ótica da Convenção de Nova Iorque.....	112
4.5.	A cláusula arbitral deve ser válida de acordo com o direito contratual brasileiro	113
4.6.	Cláusula arbitral cheia, vazia (ou em branco, ou aberta) ou patológica.....	114
5.	Requisitos adicionais de forma ou consentimento para determinadas cláusulas arbitrais.....	118
5.1.	Contratos de adesão	118
5.2.	Relações de consumo	121
6.	Compromisso arbitral	123
7.	Considerações finais.....	124
8.	Bibliografia	126

3. O ÁRBITRO

CARLOS ELIAS

1. O árbitro e seu regime jurídico	129
1.1. Considerações iniciais	129
1.2. Requisitos para o exercício da função	131
1.2.1. Requisitos legais	131
1.2.1.1. Capacidade	131
1.2.1.2. Confiança das partes.....	131
1.2.2. Requisitos consensuais.....	132
1.3. Estatuto do árbitro	134
1.3.1. Relações entre árbitro e partes.....	134
1.3.2. Jurisdição do árbitro: poderes-deveres e seus limites.....	134
1.3.3. Outros deveres e direitos do árbitro	136
1.3.3.1. Dever de competência	136
1.3.3.2. Dever de diligência.....	138
1.3.3.3. Dever de discricção	139
1.3.3.4. Direito à remuneração	140
2. Composição do órgão julgador	141
2.1. Considerações iniciais	141
2.2. Número de árbitros	142
2.3. Mecanismos de composição do órgão julgador.....	144
2.3.1. Inexistência de mecanismo previamente estabelecido e o recurso à LArb	145
2.3.2. Adoção de regra produzida por organismo dedicado ao desenvolvimento da arbitragem	146
2.3.3. Administração do procedimento e utilização de regulamentos institucionais	146
2.3.4. Elementos acidentais.....	148
3. Critérios para seleção dos árbitros	149
3.1. Considerações iniciais.....	149
3.2. Critérios de seleção	151
Substituição de árbitro	154

4.1.	Considerações iniciais	154
4.2.	Causas de substituição	155
4.2.1.	Causas previstas em lei.....	155
4.2.2.	Outras causas de substituição	156
4.3.	Procedimento de substituição	158
4.4.	Efeitos da substituição.....	159
5.	Imparcialidade do árbitro	159
5.1.	Considerações iniciais	159
5.2.	Caracterização da imparcialidade: função, conteúdo e apreensão	161
5.2.1.	Premissas de análise	162
5.2.2.	Circunstâncias fáticas.....	163
5.3.	Imparcialidade e dever de revelação.....	167
6.	Bibliografia	168

4. PROCEDIMENTO I

GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

1.	Processo ou procedimento arbitral?	173
2.	Flexibilidade do procedimento arbitral.....	176
3.	Competência para criação das regras do procedimento arbitral	180
4.	Aplicação do CPC?.....	183
5.	Liberdade das formas e requisitos do procedimento arbitral	185
6.	Devido processo legal na arbitragem.....	186
7.	Preclusão	192
8.	Revelia.....	195
9.	Termo de arbitragem	201
9.1.	Recusa na assinatura	204
10.	Tendência de virtualização do procedimento.....	205
11.	Bibliografia	206

5. PROCEDIMENTO II

RENATO STEPHAN GRION

1. Desenvolvimento da arbitragem e principais fases e atos realizados ao longo do procedimento	209
1.1. Requerimento de arbitragem ou pedido de instauração de arbitragem.....	212
1.2. Resposta e eventual reconvenção	214
1.3. Fase de indicação do árbitro único ou constituição do tribunal arbitral.....	215
1.4. Termo de arbitragem e calendário do procedimento.....	216
1.5. Fase postulatória	217
1.6. Fase instrutória.....	218
1.7. Audiência	218
1.8. Alegações finais	219
1.9. Comprovação de custas.....	219
1.10. Sentença	219
1.11. Pedido de esclarecimentos	219
2. Confidencialidade na Arbitragem	220
2.1. Introdução	220
2.2. A confidencialidade não pode ser presumida.....	221
2.3. A questão no direito brasileiro	221
2.4. Formas de determinação da confidencialidade	225
2.5. Distinção entre privacidade e confidencialidade.....	226
2.6. Princípio da publicidade em arbitragens envolvendo a administração pública	227
3. Os atos do árbitro: ordens procedimentais ou processuais e sua função na arbitragem; sentenças.....	229
4. Bibliografia	229

6. A PRODUÇÃO DE PROVAS

FABIANE VERÇOSA

1. Introdução	231
---------------------	-----

2.	Produção de provas na arbitragem: aspectos gerais	232
2.1.	Ao árbitro cabe a análise da oportunidade e da conveniência da produção de cada prova.....	232
2.2.	Produção de provas e contraditório na arbitragem	234
2.3.	A instrução na arbitragem: maior flexibilidade e menor formalismo em relação ao processo judicial	237
3.	Tipos de provas admitidas	239
3.1.	Prova documental.....	240
3.1.1.	<i>Discovery</i>	242
3.1.2.	O <i>Redfern Schedule</i>	244
3.1.3.	O <i>Scott Schedule</i>	245
3.1.4.	Documentos confidenciais ou classificados como tais por uma das partes	246
3.2.	Prova oral	247
3.2.1.	A audiência: um dos ápices do procedimento arbitral ...	247
3.2.2.	Depoimento pessoal	248
3.2.3.	Prova testemunhal.....	249
3.2.3.1.	<i>Direct Examination</i> e <i>Cross-Examination</i>	252
3.2.3.2.	Depoimento escrito de testemunhas	256
3.2.3.3.	Testemunha técnica (<i>expert witness</i>)	257
3.3.	Prova pericial.....	257
3.4.	Os memoriais pós-audiência	262
4.	Conclusão.....	263
5.	Bibliografia	263

7. SENTENÇA ARBITRAL

RAFAEL FRANCISCO ALVES

1.	O que é uma sentença arbitral?	265
2.	Quais são os requisitos legais da sentença arbitral?	279
3.	Como fazer o rateio das custas e despesas da arbitragem na sentença?.....	291
4.	O que é o pedido de esclarecimentos sobre a sentença arbitral?	295
5.	Bibliografia	299

8. ARBITRAGEM E PRECEDENTES

GUILHERME RIZZO AMARAL

1. Introdução.....	301
2. O que é precedente?.....	302
3. Precedentes persuasivos e precedentes vinculantes. O precedente como fonte de direito.....	304
4. A vinculação do árbitro aos precedentes.....	307
5. Que precedentes vinculam o árbitro?.....	312
6. Proposta de um <i>standard</i> para revisão de sentenças arbitrais pelo Judiciário: desconsideração consciente do precedente vinculante.....	313
7. Mecanismos de controle da aderência da sentença arbitral aos precedentes vinculantes.....	316
7.1. Ação anulatória.....	316
7.2. Impugnação ao cumprimento da sentença arbitral.....	320
7.3. Reclamação.....	321
8. Conclusão.....	323
9. Bibliografia.....	325

9. AS INTERAÇÕES ENTRE PODER JUDICIÁRIO E ARBITRAGEM

DANIEL LEVY

1. Introdução.....	329
2. O diálogo.....	330
2.1. A intervenção do Poder Judiciário antes de iniciado o processo arbitral.....	331
2.1.1. A intervenção não natural na arbitragem.....	331
2.1.2. A demanda de instituição da arbitragem.....	335
3. As tutelas de urgência.....	338
4. As medidas <i>antiarbitragem</i>	342
4.1. A intervenção do Poder Judiciário durante a arbitragem.....	348
5. Os conflitos.....	352
5.1. A tutela de urgência ou cautelar.....	353
5.2. O cumprimento de sentença arbitral.....	355

5.3. O conflito de competência na execução de título extrajudicial que contém cláusula arbitral.....	357
5.4. O conflito de competência no juízo universal.....	359
6. Conclusão.....	362
7. Bibliografia.....	362

10. EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL

JOÃO PAULO HECKER DA SILVA

1. Execução da sentença arbitral (cumprimento de sentença).....	363
2. Eficácia executiva da sentença arbitral.....	366
2.1. Sentenças declaratórias e constitutivas.....	367
2.2. Ainda as sentenças declaratórias e constitutivas: agora, quanto aos seus efeitos secundários.....	369
2.3. Sentenças condenatórias e algumas exceções à aplicação das mesmas regras destinadas à execução dos outros títulos judiciais.....	377
2.4. Obrigação de fazer ou entrega de coisa e as chamadas executivas <i>lato sensu</i>	383
3. Execução e liquidação de sentença arbitral.....	385
4. Execução de títulos executivos extrajudiciais com convenção de arbitragem.....	389
5. Competência.....	394
6. Execução de sentença arbitral contra o Poder Público.....	395
7. Fraude de execução, desconsideração da personalidade jurídica e sucessão.....	402
8. Impugnação e defesa do executado.....	409
9. Bibliografia.....	410

11. TUTELAS DE URGÊNCIA

MATEUS AIMORÉ CARRETEIRO

1. Relevância das tutelas de urgência para a arbitragem.....	415
2. Tutelas de urgência: esclarecimento terminológico.....	417

3.	Competência dos árbitros para a concessão de tutelas de urgência	419
3.1.	Evolução do CPC/1973 até a Lei de Arbitragem	419
3.2.	Consolidação por meio da reforma da Lei de Arbitragem em 2015...	423
4.	Limitações à competência dos árbitros para concessão de tutelas de urgência	425
4.1.	Antes da constituição do tribunal arbitral.....	425
4.2.	Depois da constituição do tribunal arbitral.....	426
5.	Tutelas de urgência perante o Poder Judiciário	429
6.	Tutelas de urgência perante árbitros de emergência.....	431
7.	Tutelas de urgência arbitrais perante o tribunal arbitral	438
7.1.	Jurisdição <i>prima facie</i> dos árbitros	439
7.2.	Flexibilidade das tutelas de urgência no processo arbitral.....	439
7.3.	Tutelas de urgência <i>ex officio</i>	441
7.4.	Tutelas de urgência <i>inaudita altera parte</i> ou <i>ex parte</i>	443
8.	Efetivação das medidas concedidas pelos árbitros e apoio do Poder Judiciário	445
9.	Bibliografia	449

12. AÇÃO ANULATÓRIA

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

1.	As partes diante da decisão arbitral.....	455
2.	Caráter excepcional e subsidiário da ação anulatória de decisão arbitral.....	456
3.	Descabimento de ação rescisória	460
4.	Concorrência entre ação anulatória e impugnação ao cumprimento de sentença	462
5.	Modo de reconhecimento de decisões arbitrais inexistentes	463
6.	Objeto do processo da ação anulatória: o pedido.....	464
7.	Objeto do processo: os fundamentos para a anulação	469
8.	Interesse de agir.....	478
9.	Legitimidade ativa e passiva	480
10.	Ônus de alegação e limites do julgamento	484
11.	Bibliografia	485

13. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD

1. Juízo de delibação e processo homologatório: natureza, objeto, limites e efeitos	487
1.1. Desnecessidade de duplo <i>exequatur</i>	489
1.2. Sentença arbitral estrangeira	490
1.3. Necessidade e utilidade da homologação: efeitos produzidos.....	491
1.4. Partes legítimas no processo de homologação	493
2. Fontes do direito aplicável ao reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras: a Convenção de Nova Iorque e sua aplicação no Brasil	494
3. Documentos indispensáveis à propositura da demanda homologatória (CNI, art. IV; LArb, art. 37)	498
4. Causas oponíveis à homologação de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil: limites.....	500
5. Causas oponíveis à homologação de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil: exceções	500
5.1. Incapacidade das partes na convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.a; LArb, art. 38, I).....	500
5.2. Invalidade objetiva da convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.a; LArb, art. 38, II)	502
5.2.1. A questão da forma e da aceitação tácita da convenção de arbitragem.....	503
5.2.2. A “incompetência da autoridade estrangeira”	506
5.3. Falta de notificação e violação ao contraditório e à ampla defesa (CNI, art. V.1.b; LArb, art. 38, inc. III)	507
5.4. Sentença fora dos limites da convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.c; LArb, art. 38, IV)	511
5.5. Desacordo entre a instituição da arbitragem e a convenção (CNI, art. V.1.d; LArb, art. 38, V).....	513
5.6. Sentença ainda não obrigatória, anulada ou suspensa no país de origem (CNI, art. V.1.e; LArb, art. 38, VI).....	514
Causas oponíveis à homologação de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil: objeções.....	518

6.1. Litígio não arbitrável segundo a lei brasileira (CNI, art. V.2.a; LArb, art. 39, I)	518
6.2. Violação à ordem pública nacional (CNI, art. V.2.b; LArb, art. 39, II)	519
7. Fatos impeditivos: "litispendência" e coisa julgada	523
8. Homologação parcial	524
9. Tutelas provisórias: concessão e reconhecimento	525
10. Procedimento, recursos e execução	527
11. Bibliografia	528

14. ARBITRAGEM SOCIETÁRIA

HENRIQUE CUNHA BARBOSA

1. A arbitragem no contexto do direito societário e os principais (ou potenciais) atrativos do instituto	531
2. O paradoxo da arbitrabilidade objetiva e as cautelas na redação da cláusula compromissória (ou compromisso arbitral) e delimitação do termo de arbitragem	536
3. Arbitrabilidade subjetiva: o cenário pós-Lei 13.129/2015	545
3.1. A questão da vinculação dos administradores e dos órgãos sociais	552
4. Fronteiras da arbitragem societária	553
4.1. Instrumento de governança ou barreira de <i>enforcement</i> ?	553
4.1.1. O problema dos custos	556
4.1.2. Entre a confidencialidade e o <i>disclosure</i>	558
4.1.3. Arbitragem Societária e Sociedades de Economia Mista: a "curiosa" posição majoritária do STJ no CC 151.130 (caso "Petrobras")	565
4.2. Intervenção e "atração" de terceiros	570
4.2.1. A temática da "extensão" da convenção arbitral e da desconsideração da personalidade jurídica	570
4.2.2. Arbitragens coletivas: uma estrada a pavimentar	573
5. Arbitragem societária em espécie	577
6. Considerações finais	578
7. Bibliografia	578

15. ARBITRAGEM, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

FELIPE MORAES

1. Introdução	581
2. Arbitragem e falência	582
2.1. A utilização da arbitragem e a decretação da falência: análise sobre arbitrabilidade.....	583
2.1.1. Arbitrabilidade subjetiva e a representação da massa falida na arbitragem.....	583
2.1.2. Arbitrabilidade objetiva e a disponibilidade dos bens do falido.....	587
2.2. A decretação da falência e os efeitos em relação à convenção de arbitragem	589
2.3. A suspensão do curso das ações e das execuções em face do falido.....	593
2.4. Arbitragem e a universalidade do juízo falimentar	598
2.5. A celebração de convenção de arbitragem após a decretação da falência	601
2.6. Enunciado aprovado na I Jornada de Prevenção e Resolução de Litígios do Conselho da Justiça Federal.....	605
2.7. Proposta de disciplina do tema pela legislação falimentar brasileira.....	606
3. Arbitragem e recuperação judicial.....	606
3.1. A capacidade processual e a representação no processo <i>arbitral</i> ...	607
3.2. A capacidade de contratar e a possibilidade de celebrar convenção <i>arbitral</i>	607
3.3. O plano de recuperação judicial e a convenção <i>arbitral</i>	609
3.4. Competência do tribunal <i>arbitral</i> e do juízo da insolvência em relação às alterações societárias previstas no plano de recuperação judicial	611
4. Conclusão.....	614
5. Bibliografia	616

16. ARBITRAGEM E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANDRÉ RODRIGUES JUNQUEIRA

1.	Arbitragem e Administração Pública no Brasil.....	621
1.1.	Evolução legislativa.....	622
1.1.1.	Legislação relativa às concessões de serviço público.....	624
1.1.2.	Novos marcos regulatórios.....	626
1.2.	Evolução jurisprudencial.....	629
1.2.1.	O “Caso Lage” (STF, Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário 52.181, Rel. Min. Bilac Pinto, j. 14.11.1973).....	630
1.2.2.	O “Caso Copel” (Procedimento 12656/KGA – CCI).....	633
1.2.3.	O “Caso Metrô/SP” (Procedimento 15283/JRF – CCI).....	635
1.2.4.	Pontos de contato entre os três precedentes.....	638
1.2.5.	Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas da União.....	638
2.	Arbitragem e Administração Pública no Direito Comparado.....	641
2.1.	França e Portugal.....	641
2.2.	Estados Unidos e Inglaterra.....	643
2.3.	Países latino-americanos.....	646
3.	Cláusula compromissória nos contratos da Administração Pública....	649
3.1.	A primeira fase: o cumprimento das diretrizes dos financiadores internacionais.....	649
3.2.	A segunda fase: o uso indiscriminado da cláusula arbitral.....	650
3.3.	A terceira fase: o aprimoramento da cláusula arbitral.....	652
4.	Aspectos procedimentais.....	653
4.1.	Eventuais peculiaridades procedimentais da arbitragem com o Estado.....	653
4.2.	O princípio da publicidade.....	655
4.3.	Possibilidade de participação de terceiros no procedimento arbitral.....	657
5.	Conclusões.....	660
6.	Bibliografia.....	660

17. ARBITRAGEM E CONSTRUÇÃO

WANDERLEY FERNANDES

1. Introdução.....	665
2. Contrato e operação econômica.....	667
2.1. Contrato e gerenciamento de projeto.....	670
2.2. Contrato e programa de conduta.....	673
3. Contratos de construção.....	675
3.1. Contrato de empreitada.....	677
3.2. Contratos de EPC (<i>Engineering, Procurement and Construction</i>) e EPC-Turnkey.....	679
3.3. Contratos EPC-M.....	682
3.4. Contratos de aliança.....	683
3.5. Outros contratos de construção.....	686
4. Arbitragem e contratos de construção.....	687
4.1. A cláusula compromissória nos contratos de construção.....	688
4.2. Medidas de urgência.....	691
4.3. Formação do painel.....	693
4.4. Prova técnica.....	694
5. Considerações finais.....	698
6. Bibliografia.....	700

18. ARBITRAGEM E CONTRATO

ANA GERDAU DE BORJA MERCEREAU

1. Introdução.....	703
2. Transferência de posição contratual e efeitos para a convenção arbitral.....	705
3. Convenção de arbitragem e pluralidade de contratos.....	710
4. A teoria do grupo de sociedades na arbitragem.....	715
5. Constituição do tribunal arbitral, consolidação de procedimentos e integração de partes na arbitragem.....	724
6. Arbitragens de classe (<i>class arbitrations</i>).....	728
7. Conclusão.....	735
8. Bibliografia.....	735